

# Silvânia Transmissora de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2023 e  
relatório dos auditores independentes**

# Conteúdo

<b>Relatório de Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>7</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>11</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>13</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>14</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>15</b>
<b>Demonstração do fluxo de caixa</b>	<b>16</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>19</b>



## Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Silvânia Transmissora de Energia S.A. (“STE” ou “Companhia”) para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

### Carta do Presidente

#### Cenário

A **Silvânia Transmissora de Energia S.A. (“STE” ou “Companhia”)** atua no segmento de transmissão de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de quase 3 anos de existência. O direito de concessão foi adquirido conforme contrato de Concessão nº 010/2021 e a implantação do reforço foi autorizada através da Resolução Autorizativa nº 10.989/2021 da ANEEL. Em dezembro de 2023, a Companhia entrou parcialmente em operação e concluiu o projeto de reforço, obtendo termos de liberação provisórios.

#### Transmissão

Contando com duas subestações e 156 km de linhas de transmissão, nas tensões de 500 kV, a área de transmissão da Outorgada transporta tanto a energia recebida do Sistema Interligado (vide detalhamento no quadro abaixo). Além de usar suas linhas de transmissão para prover energia a consumidores em Goiás, a Outorgada transmite energia para outras empresas usuárias do Sistema Interligado Brasileiro.

#### **Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas**

<b>Linhas de Transmissão</b>	<b>Circuito</b>	<b>Tensão (Kv)</b>	<b>Extensão (Km)</b>	<b>Capacidade Transformação (MVA)</b>	<b>Início Operação comercial</b>	<b>Vencimento da Outorga</b>
LT 500 kV SAMAMBAIA – SILVÂNIA	C1	500kV	15,8	3 x 50	Dez/23	Mai/51
LT SILVÂNIA – ITUMBIARA	C1	500kV	8,1	3 x 50	Dez/23	Mai/51
LT 500 kV SILVÂNIA – TRINDADE	C1	500kV	156	3 x 50	Dez/23	Mai/51



Linhas de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ Mil)	RAP Proporc. (R\$ Mil)	Ano de degrau da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
<b>Silvânia Transmissora de Energia S.A.</b>						
LT 500 kV SAMAMBAIA – SILVÂNIA	100%	-	2.907	Não aplicável	Junho	IPCA
LT SILVÂNIA – ITUMBIARA	100%	-	1.750	Não aplicável	Junho	IPCA
LT 500 kV SILVÂNIA – TRINDADE	100%	-	17.758	Não aplicável	Junho	IPCA

Proporcionalmente à parte da Companhia, estes projetos de transmissão consumiram R\$ 528.852 mil de investimentos até 31/12/2023 (R\$ 237.523 mil até 31/12/2022). Abaixo demonstramos a evolução do projeto:

<b>Projetos de Linhas – Evolução Física e Investimentos</b>				
Linha de transmissão - R\$ Mil	Evolução Física em 31/12/2022	Investimento Realizado até 31/12/2022	Evolução Física em 31/12/2023	Investimento realizado até 31/12/2023
<b>Sociedade de Propósito Específico</b>				
Silvânia Transmissora de Energia – Leilão	44%	235.708	50%	500.491
2 <sup>nd</sup> Busbar Reactor	6%	1.816	94%	28.361
<b>Total</b>		<b>237.523</b>		<b>528.852</b>

Em 31/12/2022, a Silvânia Transmissora de Energia (Lote 01 Leilão ANEEL nº 001/2020) atingiu no ano uma evolução física de 44%. Em 31/12/2023, o projeto atingiu no ano uma evolução física de 50%, de forma que a previsão de início de operação comercial foi antecipada para Dezembro de 2023. A conclusão total do projeto foi antecipada para Maio de 2024.

Em 31/12/2022, o projeto de reforço do 2<sup>nd</sup> Busbar Reactor (REA 10.989/21) atingiu no ano uma evolução física de 6%. Em 31/12/2023, o projeto atingiu uma evolução física acumulada de 100%, de forma que a previsão de início de operação comercial foi antecipada para dezembro de 2023.

Em vista das linhas em operação, da entrada em operação comercial das linhas em construção, inclusive dos novos reforços com respectiva RAP e autorizados pela ANEEL e dos projetos vencidos mediante licitação, a RAP esperada - sem considerar novos projetos - é de R\$ 47.900 mil para 2024, sendo este o primeiro ano de recebimento de 100% da RAP prevista, e de R\$ 55.081 mil para 2028 (evolução de 15% em relação a 2024), conforme quadro a seguir:

Empresa	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Silvânia Transmissora de Energia S.A.	480	47.900	49.680	51.419	53.218	55.081



Em 2022, a State Grid Brazil Holding obteve a certificação ISO 9001 para os serviços de gerenciamento de empreendimentos de transmissão para subestações e linhas de transmissão. A certificação atesta o empenho em assegurar os mais altos padrões de qualidade ao seu processo de gerenciamento de projetos, inclusive deste projeto da Outorgada Silvânia Transmissora de Energia.

A Outorgada participou ativamente em grupos e comissões estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) para discutir e redigir novas regras para operação do sistema elétrico brasileiro. Dentro das novas regras de funcionamento do setor elétrico, especial atenção está sendo dada pela Outorgada à atração de consumidores livres e à fixação de grandes consumidores no Estado de Goiás.

#### Desempenho econômico-financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
• Liquidez geral	0,08	0,18
• Liquidez corrente	0,16	1,80
• Relação patrimônio líquido/ativo	13,45%	13,74%
• Relação passivo não circulante/ativo	44,91%	77,54%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	(6,50%)	22,63%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	(3,06%)	(3,73%)
Ativos Totais – R\$ Mil	677.042	288.110
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(5.918)	10.631

#### Serviços de Auditoria Externa

Em 2023 a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente.

Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes da Companhia Exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

Remuneração Relacionada aos Serviços de auditoria Externa – R\$ Mil		
Auditor Independente	2023	2022
KPMG Auditores Independentes	43	55
Total	43	55



**SILVANIA**  
**TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024

**A Administração**



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

## Aos Acionistas e Diretores da Silvânia Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Silvânia Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Silvânia Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Silvânia Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase – Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a Silvânia Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da agência reguladora ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

## Principais assuntos de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatória como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

## Mensuração do ativo imobilizado e intangível

Veja a Nota 4.1, 10 e 11 das demonstrações contábeis regulatórias

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui um contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica e em 31 de dezembro de 2023 apresenta em suas demonstrações contábeis regulatórias o montante de R\$ 630.810 mil referente ao seu ativo imobilizado e intangível.</p> <p>Esses ativos são mensurados ao custo de aquisição ou construção. A depreciação desses itens é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente, sendo que as taxas anuais e vida úteis de depreciação são determinadas pelo órgão regulador.</p> <p>Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado operacional e conseqüentemente o patrimônio líquido, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos a mensuração do ativo imobilizado e intangível como principal assunto em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(i) entendimento do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados com o processo de análise e mensuração dos gastos de concessão reconhecidos como imobilizado e intangível;</li><li>(ii) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e intangível;</li><li>(iii) em bases amostrais, realizamos testes de inspeção documental e confronto com saldos contábeis nas adições e baixas ocorridas no imobilizado e intangível ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023;</li><li>(iv) recálculo da depreciação com base nas vidas úteis determinadas de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”);</li><li>(v) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis regulatórias.</li></ul> <p>– Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos do imobilizado e intangível, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>

## Outros assuntos

A Silvânia Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 1 de março de 2024.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias, de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade  
Contador CRC RJ-086312/O-6

# Silvânia Transmissora de Energia S.A.

## Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	44.958	51.969
Concessionárias e permissionárias	9	480	-
Contas a receber – partes relacionadas	20	1	8
Outros impostos a recuperar		42	18
Adiantamento a fornecedores		700	1.601
Despesas antecipadas		34	34
		<u>46.215</u>	<u>53.630</u>
<b>Ativo não circulante</b>			
Despesas antecipadas		17	51
Imobilizado	10	601.706	260.138
Intangível	11	29.104	27.921
		<u>630.827</u>	<u>288.110</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>677.042</u></u>	<u><u>341.740</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Silvânia Transmissora de Energia S.A.

## Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores – terceiros	12	10.203	26.829
Fornecedores - partes relacionadas	20	1.022	1.047
Empréstimos - partes relacionadas	14	270.393	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	202	282
Outros impostos a pagar	13	136	1.606
Dividendos propostos	15	-	9
		<u>281.956</u>	<u>29.773</u>
<b>Passivo não circulante</b>			
Financiamentos - terceiros	14	<u>304.036</u>	<u>264.999</u>
		<u>304.036</u>	<u>264.999</u>
<b>Patrimônio líquido</b>	15		
Capital social		86.300	60.001
Capital a Integralizar		-	(23.701)
Reserva legal		-	66
Reserva de lucros a realizar		-	1.238
Lucro acumulado		<u>4.750</u>	<u>9.364</u>
		<u>91.050</u>	<u>46.968</u>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u>677.042</u>	<u>341.740</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Silvânia Transmissora de Energia S.A.

## Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	16	463	-
Custo de construção e operação		<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b>463</b>	<b>-</b>
Despesas gerais e administrativas	17	<u>(3.246)</u>	<u>(1.752)</u>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>(2.783)</b>	<b>(1.752)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	18	<b><u>(1.920)</u></b>	<b><u>18.691</u></b>
Receita financeira		3.588	19.388
Despesa financeira		(5.508)	(697)
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b><u>(4.703)</u></b>	<b><u>16.939</u></b>
IRPJ e CSLL correntes	19	(1.215)	(6.308)
<b>Lucro/ (prejuízo) líquido do exercício</b>		<b><u>(5.918)</u></b>	<b><u>10.631</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# **Silvânia Transmissora de Energia S.A.**

## **Demonstração do resultado abrangente**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

*(Em milhares de Reais)*

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Lucro/ (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(5.918)</b>	<b>10.631</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de outros resultados abrangentes</b>	<b><u>(5.918)</u></b>	<b><u>10.631</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Silvânia Transmissora de Energia S.A.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

			Reserva de Lucros			
	Capital social	Capital a integralizar	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>60.001</b>	<b>(23.701)</b>	<b>18</b>	<b>344</b>	<b>(316)</b>	<b>36.346</b>
Lucro líquido do período	-	-	-	-	10.631	10.631
Constituição de Reserva Legal (nota explicativa 15)	-	-	48	-	(48)	-
Dividendos Propostos (nota explicativa 15)	-	-	-	-	(9)	(9)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros a realizar (nota explicativa 15)	-	-	-	894	(894)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>60.001</b>	<b>(23.701)</b>	<b>66</b>	<b>1.238</b>	<b>9.364</b>	<b>46.968</b>
Integralização de capital (nota explicativa 15)	-	23.701	-	-	-	23.701
Aumento de capital (nota explicativa 15)	26.299	-	-	-	-	26.299
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(5.918)	(5.918)
Reserva legal (nota explicativa 15)	-	-	(66)	-	66	-
Reserva especial de lucros a realizar (nota explicativa 15)	-	-	-	(1.238)	1.238	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>86.300</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.750</b>	<b>91.050</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Silvânia Transmissora de Energia S.A.

## Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
<b>Lucro do exercício antes dos impostos</b>		<b>(4.703)</b>	<b>16.939</b>
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros sobre financiamento – terceiros	14	38.793	30.504
Juros sobre empréstimos – partes relacionadas	14	17.533	-
Custos de transação do financiamento	14	244	(505)
(Aumento)/ redução nos ativos operacionais			
Concessionárias e permissionárias		(480)	-
Contas a receber – partes relacionadas		7	(8)
Outros impostos a recuperar		(24)	(18)
Adiantamento a fornecedores		901	(1.601)
Despesas antecipadas		34	34
Aumento/ (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores – terceiros		(16.626)	25.681
Fornecedores – partes relacionadas		(25)	(141)
Impostos e contribuições sociais		20.242	8.742
Outros impostos pagos		(22.272)	(11.200)
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>33.624</b>	<b>68.427</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(735)	(2.004)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>32.889</b>	<b>66.423</b>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		(342.751)	(272.253)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(342.751)</b>	<b>(272.253)</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	15	50.000	-
Financiamentos captados – terceiros	14	-	235.000
Empréstimos captados – partes relacionadas	14	252.860	-
Dividendos pagos	15	(9)	(3)
<b>Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento</b>		<b>302.851</b>	<b>234.997</b>
<b>Aumento/ (redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(7.011)</b>	<b>29.167</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>		<b>51.969</b>	<b>22.802</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>		<b>44.958</b>	<b>51.969</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Informações gerais**

A Silvânia Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “STE”), é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 24 de março de 2021 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1101, Centro, Rio de Janeiro.

A Companhia foi constituída com o propósito de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia entrou parcialmente em operação em dezembro de 2023 obtendo os termos de liberação provisórios referente às seguintes instalações: (i) em 17 de dezembro de 2023: SE SILVÂNIA 500 KV; Seccionamento da LT 500KV SAMAMBAIA – ITUMBIARA dando origem a duas novas Linhas de Transmissão LT 500 kV SAMAMBAIA – SILVÂNIA C1 e LT SILVÂNIA – ITUMBIARA C2; Banco de Reatores de Barra 500 kV 3 x 50 MVar. (ii) ainda em 17 de dezembro de 2023 referente ao reforço (REA 10989/21): segundo Banco de Reatores de Barra 3 x 50 MVar. (iii) em 22 de dezembro de 2023: Nova linha de transmissão LT 500 kV SILVÂNIA – TRINDADE.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

Apesar do prejuízo apresentado no exercício de 2023 e de sua fase pré-operacional ter gerado um Capital Circulante Líquido (CCL) negativo, a Companhia possui indicativos de que os benefícios econômicos futuros serão suficientes para sua recuperação. Conforme informado no item 1, a Companhia iniciou parcialmente suas operações em dezembro de 2023, tendo direito ao recebimento proporcional da RAP (Receita Anual Permitida) a partir de Janeiro/24, e com previsão de entrada em operação total em Junho/24, recebendo dessa forma 100% da RAP, reforçando assim seu fluxo de caixa. A receita da operação possui baixo índice de inadimplência e tem os valores atualizados anualmente a cada ciclo.

#### **1.1 Da concessão**

Em 17 de dezembro de 2020 a SGBH venceu o Leilão ANEEL nº 001/2020 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$ 30.186 (trinta milhões e cento e oitenta e seis mil reais) e deságio de 46,07% frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 14 de maio de 2021, pelo prazo de 30 anos.

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Goiás:

- (i) Implementação de trecho de linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, entre o ponto de seccionamento da LT 500 kV Samambaia – Emborcação C1 e a subestação Silvânia. As ENTRADAS DE LINHA correspondentes na subestação Silvânia e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas ENTRADAS DE LINHA das subestações existentes.
- (ii) Implementação de trecho de linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, entre o ponto de seccionamento da LT 500 kV Samambaia - Itumbiara C1 e a subestação Silvânia e a aquisição de equipamentos necessários às linhas modificações, substituições e adequações nas ENTRADAS DE LINHA das subestações existentes.
- (iii) Dimensionar e implantar um cabo de para-raios OPGW na LT 500kV Samambaia – Itumbiara C1 em ambos os trechos de linha entre o ponto de seccionamento e as subestações terminais da LT existente, bem como dois cabos para-raios OPGW no trecho entre o ponto de seccionamento e SE Silvânia.
- (iv) Dimensionar e implantar um cabo de para-raios OPGW na LT 500kV Samambaia – Emborcação C1 em ambos os trechos de linha entre o ponto de seccionamento e as subestações terminais da LT existente, bem como dois cabos para-raios OPGW no trecho entre o ponto de seccionamento e SE Silvânia.

## **1.2 Receita anual permitida (RAP)**

A RAP do contrato de concessão foi determinada em R\$ 30.186 (trinta milhões e cento e oitenta e seis mil reais) (valor histórico). A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) e Taxa Referencial de Mercado (“TRM”), definida no contrato.

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 36.305 (trinta e seis milhões, trezentos e cinco mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Em 4 de julho de 2023, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP em R\$ 37.734 (trinta e sete milhões, setecentos e trinta e quatro mil reais) para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

## **1.3 Reforço**

Em 14 de Dezembro de 2021, a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) autoriza a Silvânia Transmissora de Energia S.A., através da Resolução Autorizativa nº 10.989, a implantar reforços na SE Silvânia – instalação do 2º banco de reatores de barra 500kV, 3x50Mvar com RAP determinada em R\$ 5.505 (cinco milhões e quinhentos e cinco mil reais) a saber:

- (i) Instalação de um banco de reatores de barra monofásicos RT3 500 kV - 3x50Mvar;
- (ii) Instalação de um módulo de conexão com disjuntor, em 500kV, para o reator de barra RT3 500kV - 3x50 Mvar;
- (iii) Instalação de uma interligação de barramentos IB4, em 500 kV, arranjo Disjuntor e Meio;
- (iv) Complementação ao módulo de infraestrutura geral com um módulo de infraestrutura de manobra na SE Marimbondo II para instalação do 2º reator de barra 3x45,3 MVAR, 500kV, incluindo aquisição de terreno para a ampliação.

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP do reforço em R\$ 6.151 (seis milhões, cento e cinquenta e um mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Em 4 de julho de 2023, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP do reforço em R\$ 6.393 (seis milhões, trezentos e noventa e três mil reais) para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

## **1.4 Setor elétrico no Brasil - Transmissão**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

## **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas nas notas explicativas 4 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram autorizadas pela Administração em 29 de abril de 2024.

## **2.2 Uso de estimativas e julgamentos**

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

## **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.4 Classificação circulante versus não circulante**

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o

período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

### **3 Mudanças nas principais políticas contábeis**

#### **3.1 Informação de políticas contábeis materiais**

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações contábeis regulatórias. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações contábeis regulatórias. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 4 Principais Práticas contábeis regulatórias (2022: Resumo das práticas contábeis regulatórias) e 5 Resumo das práticas contábeis materiais em determinados casos, de acordo com as alterações.

### **4 Principais práticas contábeis regulatórias**

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias apresentadas nas páginas 21 a 28, exceto quanto ao se estabelece abaixo:

#### **4.1 Imobilizado e intangível**

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja nota explicativas 10 - Imobilizado e 11 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis em "Em Curso". Os itens apresentados no grupo correspondem a imobilizados e intangíveis. Os saldos apresentados no grupo "Em curso" correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

## **4.2 Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

## **5 Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)**

### **5.1 Caixa e equivalentes de Caixa**

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

### **5.2 Concessionárias e permissionárias**

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;

- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias

### **5.3 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

### **5.4 Impostos**

#### ***Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica***

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%.

Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

#### ***Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – Impostos Correntes***

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% e 32% para IRPJ e 12% e 32% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 (sessenta mil reais) no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

### **5.5 Provisões para contingências**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da

probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## **5.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

## **5.7 Ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

## **5.8 Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

## **5.9 Instrumentos financeiros**

### ***a. Ativos financeiros***

- **Classificação e mensuração** - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
  - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
  - **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
  - (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas no exercício apresentado.
  - (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.
- b. Passivos financeiros**  
Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

## **5.10 Fluxo de Caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

## **5.11 Transação com partes relacionadas**

.As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos

semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

## **6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

### **(a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1) .**

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota 13, a Companhia possui empréstimos bancários com garantias que estão sujeitos a covenants específicos. Embora os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que o Grupo liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

### **(b) Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)**

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

### **(c) Outras normas Contábeis**

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

## 7 Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativo</b>							
<b>Ativo circulante</b>		<b>46.215</b>	<b>39.392</b>	<b>85.607</b>	<b>53.630</b>	<b>6.459</b>	<b>60.089</b>
Caixa e equivalentes de caixa		44.958	-	44.958	51.969	-	51.969
Concessionárias e permissionárias		480	-	480	-	-	-
Contas a receber – partes relacionadas		1	-	1	8	-	8
Outros impostos a recuperar		42	-	42	18	-	18
Adiantamento a fornecedores		700	-	700	1.601	-	1.601
Despesas antecipadas		34	-	34	34	-	34
Ativo de contrato	<b>a</b>	-	39.392	39.392	-	6.459	6.459
<b>Ativo não circulante</b>		<b>630.827</b>	<b>(62.553)</b>	<b>568.274</b>	<b>288.110</b>	<b>2.841</b>	<b>290.951</b>
Ativo de contrato	<b>a</b>	-	568.257	568.257	-	290.900	290.900
Despesa antecipada		17	-	17	51	-	51
Imobilizado	<b>b</b>	601.706	(601.706)	-	260.138	(260.138)	-
Intangível	<b>b</b>	29.104	(29.104)	-	27.921	(27.921)	-
		<b>677.042</b>	<b>(23.161)</b>	<b>653.881</b>	<b>341.740</b>	<b>9.300</b>	<b>351.040</b>

**Silvânia Transmissora de Energia S.A.**  
*Demonstrações contábeis regulatórias*  
em 31 de dezembro de 2023

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Passivo</b>							
<b>Passivo circulante</b>		<b>281.956</b>	-	<b>281.956</b>	<b>29.773</b>	-	<b>29.773</b>
Fornecedores - terceiros		10.203	-	10.203	26.829	-	26.829
Fornecedores - partes relacionadas		1.022	-	1.022	1.047	-	1.047
Empréstimos - partes relacionadas		270.393	-	270.393	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar		202	-	202	282	-	282
Outros impostos a pagar		136	-	136	1.606	-	1.606
Dividendos propostos		-	-	-	9	-	9
<b>Passivo não circulante</b>		<b>304.036</b>	<b>39.877</b>	<b>343.913</b>	<b>264.999</b>	<b>18.664</b>	<b>283.663</b>
Financiamentos - terceiros		304.036	-	304.036	264.999	-	264.999
Impostos diferidos	c	-	39.877	39.877	-	18.664	18.664
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>91.050</b>	<b>(63.038)</b>	<b>28.012</b>	<b>46.968</b>	<b>(9.364)</b>	<b>37.604</b>
Capital social		86.300	-	86.300	60.001	-	60.001
(-) Capital a integralizar		-	-	-	(23.701)	-	(23.701)
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	1.238	-	1.238
Reserva legal		-	-	-	66	-	66
Lucro/ (prejuízo) acumulado	d/ e	4.750	(63.038)	(58.288)	9.364	(9.364)	-
		<b>677.042</b>	<b>(23.161)</b>	<b>653.881</b>	<b>341.740</b>	<b>9.300</b>	<b>351.040</b>

*Silvânia Transmissora de Energia S.A.*  
*Demonstrações contábeis regulatórias*  
*em 31 de dezembro de 2023*

		31/12/2023			31/12/2022		
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>d</b>	<b>463</b>	<b>303.689</b>	<b>304.152</b>	-	<b>261.558</b>	<b>261.558</b>
Custo da operação	e	-	(291.328)	(291.328)	-	(232.373)	(232.373)
<b>Lucro bruto</b>		<b>463</b>	<b>12.361</b>	<b>12.824</b>	-	<b>29.185</b>	<b>29.185</b>
Despesas gerais e administrativas		(3.246)	-	(3.246)	(1.752)	-	(1.752)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>(2.783)</b>	<b>12.361</b>	<b>9.578</b>	<b>(1.752)</b>	<b>29.185</b>	<b>27.433</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(1.920)</b>	<b>(56.327)</b>	<b>(58.247)</b>	<b>18.691</b>	<b>(30.504)</b>	<b>(11.813)</b>
Receita financeira		3.588	-	3.588	19.388	-	19.388
Despesa financeira	f	(5.508)	(56.327)	(61.835)	(697)	(30.504)	(31.201)
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b>(4.703)</b>	<b>(43.966)</b>	<b>(48.669)</b>	<b>16.939</b>	<b>(1.319)</b>	<b>15.620</b>
Imposto de renda e contribuição social	c	(1.215)	(9.708)	(10.923)	(6.308)	(8.361)	(14.669)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>(5.918)</b>	<b>(53.674)</b>	<b>(59.592)</b>	<b>10.631</b>	<b>(9.680)</b>	<b>951</b>

## 7.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Patrimônio Líquido Societário</b>	<b><u>28.012</u></b>	<b><u>37.604</u></b>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(607.649)	(297.359)
Imobilizado	601.706	260.138
Intangível	29.104	27.921
Impostos Diferidos Passivos	<u>39.877</u>	<u>18.664</u>
<b>Patrimônio Líquido Regulatório</b>	<b><u>91.050</u></b>	<b><u>46.968</u></b>

## 7.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Lucro Líquido Societário</b>	<b><u>(59.592)</u></b>	<b><u>951</u></b>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(9.364)	316
Margem de construção	23.161	(9.300)
PIS/COFINS Diferido	21.627	10.122
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	<u>18.250</u>	<u>8.542</u>
<b>Lucro Líquido Regulatório</b>	<b><u>(5.918)</u></b>	<b><u>10.631</u></b>

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

### a. *Ativo de concessão*

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

#### *Ativo de Contrato*

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo Contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

**b. *Imobilizado e intangível***

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacionais são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

**c. *Impostos diferidos***

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

**d. *Receita***

**Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

**Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

**Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas demonstrações contábeis regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 4.2.

**e. Custo de operação e manutenção e custo de construção**

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

**f. Despesa Financeira**

Para os empréstimos e financiamentos contraídos durante a fase de construção do projeto, os valores dos juros incorridos até o ativo iniciar suas atividades devem fazer parte do custo histórico do ativo, ou seja, são capitalizados nas demonstrações financeiras regulatórias ao mesmo tempo que são considerados despesas financeiras nas demonstrações financeiras societárias.

**8 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Banco	121	183
Aplicações financeiras (i)	44.837	51.786
	<b>44.958</b>	<b>51.969</b>

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado e ofereceram em 2022 uma remuneração atrelada à taxa de 101,75% (banco Santander) e entre 103 e 105,75% (banco BTG Pactual) do CDI, este último dependendo do período das aplicações. Já em 2023 foi oferecida uma remuneração atrelada à taxa de 99% (banco Santander) e entre 101,25 e 103,75% (banco BTG Pactual) do CDI, este último dependendo do período das aplicações.

**9 Concessionárias e permissionárias**

Todos os todos clientes da Companhia são classificados como industriais ou estão envolvidos na prestação de serviços diretamente relacionados à indústria.

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
A vencer	480	-
Vencidas até 30 dias	-	-
Vencidas até 60 dias	-	-
Vencidas até 90 dias	-	-
Vencidas até 120 dias	-	-
Vencidas até 180 dias	-	-
Vencidas entre 180 e 360 dias	-	-
Vencidas acima de 360 dias	-	-
	480	-
Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (i)	-	-
	<b>480</b>	<b>-</b>

- (i) A Companhia não possui títulos renegociados em sua composição do saldo de contas a receber.

## 10 Imobilizado

### 10.1 Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
<b>Ativo imobilizado em curso</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>260.138</b>	<b>341.568</b>	-	-	<b>601.706</b>	<b>341.568</b>	-	<b>601.706</b>	<b>260.138</b>
Máquinas e equipamentos	159.691	107.909	-	-	267.600	107.909	-	267.600	159.691
A ratear	78.600	202.843	-	9.215	290.658	212.058	-	290.658	78.600
Projetos de reforços	1.815	26.545	-	-	28.360	26.545	-	28.360	1.815
Adiantamentos a fornecedores	20.032	4.271	-	(9.215)	15.088	(4.944)	-	15.088	20.032
<b>Ativo imobilizado</b>	<b>260.138</b>	<b>341.568</b>	-	-	<b>601.706</b>	<b>341.568</b>	-	<b>601.706</b>	<b>260.138</b>

## 10.2 Principais adições do ativo imobilizado em curso em 2023

<b>Adições do ativo imobilizado em curso</b>	<b>Material e equipamentos</b>	<b>Serviços de terceiros</b>	<b>Total</b>
Máquinas e Equipamentos (i)	107.909		107.909
A Ratear (ii)		202.843	202.843
Adiantamentos a Fornecedores (iii)	4.271		4.271
Projeto de Reforço (iv)	17.771	8.774	26.545
	<b>129.951</b>	<b>211.617</b>	<b>341.568</b>

- (i) Aquisição de equipamentos em benefício da implantação e exploração do empreendimento composto pelas instalações de transmissão de energia no estado de Goiás (Nota explicativa 1.1).
- (ii) Custos realizados em benefício da obra como um todo, que não sejam passíveis de alocação ao respectivo tipo de bem ou direito pelo sistema de ordem de imobilização – ODI.
- (iii) Adiantamentos a fornecedores referentes a fase de construção com contratos firmados ainda sem faturamento.
- (iv) Custos realizados em benefício da implantação de reforços na SE Silvânia – Instalação do 2º banco de reatores de barra 500kV, 3x50Mvar (Nota explicativa 1.3).

## 11 Intangível

### 11.1 Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
<b>Ativo intangível em curso</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>27.921</b>	<b>1.183</b>	-	-	<b>29.104</b>	<b>1.183</b>	-	<b>29.104</b>	<b>27.921</b>
Servidão	16.275	1.119	-	999	18.393	2.118	-	18.393	16.275
Adiantamentos a fornecedores - servidões	-	40	-	-	40	40	-	40	-
Depósitos judiciais	11.646	24	-	(999)	10.671	(975)	-	10.671	11.646
<b>Ativo intangível</b>	<b>27.921</b>	<b>1.183</b>	-	-	<b>29.104</b>	<b>1.183</b>	-	<b>29.104</b>	<b>27.921</b>

### 11.2 Principais adições do ativo intangível em curso em 2023

Adições do ativo intangível em curso	Servidões	Depósitos Judiciais	Total
Servidões (i)	1.159	-	1.159
Depósitos Judiciais (ii)	-	24	24
	<b>1.159</b>	<b>24</b>	<b>1.183</b>

- (i) Valores referentes a negociações de propriedade e desembaraço fundiário.
- (ii) Valores referentes a acordos e custas judiciais nos processos de desapropriação feitos por via judicial.

## 12 Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores relacionados à construção (i)	10.043	26.583
Gastos ambientais e fundiários	80	223
Serviços	80	23
	<b>10.203</b>	<b>26.829</b>

- (i) Variação refere-se substancialmente ao final da fase de construção do projeto, e conseqüentemente com a diminuição de pagamentos, e à proximidade da entrada em operação (iniciada parcialmente em dezembro de 2023).

## 13 Impostos e contribuições sociais a pagar

### Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ	136	57
CSLL	66	225
	<b>202</b>	<b>282</b>

### Outros impostos

	31/12/2023	31/12/2022
PIS (ii)	3	-
COFINS (ii)	14	-
INSS (i)	67	130
ISS (i)	33	416
IRRF retido na fonte (i)	10	6
ICMS (i)	-	1.040
Outros (i)	9	14
	<b>136</b>	<b>1.606</b>

- (i) Variação refere-se ao final da fase de construção do projeto, e conseqüentemente com a diminuição de pagamentos e recolhimento de impostos incidentes.
- (ii) Variação refere-se ao faturamento iniciado em dez-23 com a entrada em operação parcial.

## 14 Empréstimos e financiamentos

### a. Total da dívida

<u>Descrição</u>	<u>Início</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Garantidor (c)</u>	<u>Encargos</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Mútuo SGBH	Fev/23	Mar/24	N/A	1,10% CDI	270.393	-
Debêntures	Jan/22	Jan/25	SGBH	1,40% CDI	304.036	264.999
					<b>574.429</b>	<b>264.999</b>
Circulante					270.393	-
Não circulante					304.036	264.999
					<b>574.429</b>	<b>264.999</b>

### b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

<u>Financiador</u>	<u>Saldo inicial Bruto 31/12/2022</u>	<u>Juros, variação monetária e cambial</u>	<u>Liquidação juros</u>	<u>Novas captações</u>	<u>Custo de transação</u>	<u>Saldo final Bruto 31/12/2023</u>
Mútuo SGBH	-	17.533	-	252.860	-	270.393
Debêntures	264.999	38.793	-	-	244	304.036
<b>Total</b>	<b>264.999</b>	<b>56.326</b>	<b>-</b>	<b>252.860</b>	<b>244</b>	<b>574.429</b>

<u>Financiador</u>	<u>Saldo inicial Bruto 31/12/2021</u>	<u>Juros, variação monetária e cambial</u>	<u>Liquidação juros</u>	<u>Novas captações</u>	<u>Custo de transação a amortizar</u>	<u>Saldo final Bruto 31/12/2022</u>
Debêntures	-	30.504	-	235.000	(505)	264.999
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>30.504</b>	<b>-</b>	<b>235.000</b>	<b>(505)</b>	<b>264.999</b>

#### *Mútuo SGBH*

Em 8 de fevereiro de 2023 foi assinado o Instrumento Particular de Contrato de Mútuo Financeiro entre a Silvânia Transmissora de Energia S.A. e a State Grid Brazil Holding S.A., na quantia total de R\$ 260.000 (duzentos e sessenta milhões de reais), com prazo de vigência até 30 de setembro de 2023. A celebração deste contrato foi precedida da aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, nos termos do Anexo V da Resolução Normativa nº 948 de 16 de janeiro de 2021. Sobre o montante desembolsado, incidem juros equivalentes a 110% de CDI ao ano, com pagamento e amortização de principal a serem realizados em parcela única, na data de seu vencimento.

Em 30 de setembro de 2023, as partes decidiram prorrogar o prazo de vigência do referido contrato em 181 (cento e oitenta e um) dias corridos, permanecendo o mesmo vigente até 29 de março de 2024, mantendo-se os demais termos e condições contratados.

### ***Debêntures***

Em 18 de janeiro de 2022 foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Silvânia Transmissora de Energia S.A., com desembolso em 31 de janeiro do mesmo ano totalizando o valor de R\$ 235.000 (duzentos e trinta e cinco milhões de reais), com amortização a ser realizada em parcela única, na data do vencimento, em 25 de janeiro de 2025.

A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a CDI + 1,40% a.a., os juros remuneratórios serão pagos em uma única parcela, na Data de vencimento das Debêntures.

#### **c. Garantias (debêntures)**

- Fiança corporativa da State Grid Brasil Holding (SGBH).

## **15 Patrimônio líquido**

### **a. Capital social**

Em 29 de novembro, em 4 de dezembro e em 8 de dezembro de 2023 foram integralizados respectivamente R\$ 9.000 (nove milhões de reais), dividido em 9.000.000 ações ordinárias nominativas, R\$ 8.000 (oito milhões de reais), dividido em 8.000.000 ações ordinárias nominativas e R\$ 6.701 (seis milhões e setecentos e um mil reais), dividido em 6.701.000 ações ordinárias nominativas. Assim, as integralizações representaram um aumento de capital total de R\$ 23.701 (vinte e três milhões e setecentos e um mil reais), divididos em 23.701.000 ações.

Em 12 de dezembro de 2023 foi aprovado o aumento de R\$ 26.299 (vinte e seis milhões e duzentos e noventa e nove mil reais) mediante a emissão de 26.299.000 (vinte e seis milhões e duzentos e noventa e nove mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, a serem integralizadas até 28 de dezembro de 2023 conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária.

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 86.300 (oitenta e seis milhões e trezentos mil reais) dividido em 86.300.000 ações ordinárias nominativas subscritas.

Em 24 de março de 2021 foi aprovada a constituição da Companhia através da Ata de Assembleia Geral de Constituição, com emissão de 1.000 ações ordinárias no valor de R\$ 1 cada, totalizando R\$ 1 (mil reais).

Em 18 de junho de 2021 foi aprovado o aumento de R\$ 60.000 (sessenta milhões) de novas ações ordinárias normativas com valor nominal de R\$ 1 (um real) conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o capital social subscrito e da Companhia é de R\$ 60.001 (sessenta milhões e um mil reais) dividido em 60.001 ações ordinárias nominativas subscritas, sendo R\$ 36.300 (trinta e seis milhões e trezentos mil reais) já integralizados no decorrer de 2021 e R\$ 23.701 (vinte e três milhões e setecentos e um mil reais) com expectativa de serem integralizadas até a data de entrada da operação em novembro de 2023, no valor nominal de R\$ 1 (um real) cada conforme AGE de 18 de junho de 2021. A composição acionária está demonstrada a seguir

	2023 e 2022
State Grid Brazil Holding S.A.	100,00%
	<b>100%</b>

**b. Reserva legal**

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do período, antes de qualquer outra destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

**c. Reserva de lucros a realizar**

A Companhia destinou para a conta de reserva de lucros a realizar, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão futura conforme determinação em AGO.

**d. Dividendos mínimo obrigatórios**

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (Prejuízo) líquido societário do período	(59.592)	951
Reserva legal (5%)	-	48
<b>Base de cálculo para os dividendos</b>	<b>-</b>	<b>903</b>
<b>Dividendo mínimo obrigatório</b>	<b>-</b>	<b>9</b>
<b>Constituição da reserva de lucros a realizar</b>	<b>-</b>	<b>894</b>

## 16 Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receita operacional bruta (i)</b>	<b>480</b>	-
Receita de rateio de antecipação	(11)	-
Receita de encargos de transmissão	269	-
Recuperação de PIS e COFINS	17	-
Receita de novas obras RBNI	232	-
RBL TLP não devido	(27)	-
<b>Deduções da receita operacional (i)</b>	<b>(17)</b>	-
PIS	(3)	-
COFINS	(14)	-
	<b>463</b>	-

(i) Variação refere-se ao faturamento iniciado em dezembro de 2023 com a entrada em operação parcial.

## 17 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal (i)	(2.272)	(1.148)
Serviços de terceiros	(481)	(355)
Arrendamentos e Aluguéis (i)	(231)	(127)
Materiais	(60)	(35)
Tributos	(12)	(20)
Outros (i)	(190)	(67)
	<b>(3.246)</b>	<b>(1.752)</b>

(i) Variação refere-se devido à entrada da STE apenas em julho de 2022 no contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura (Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016) entre a SGBH e suas controladas.

## 18 Despesas com Pessoal

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	(1.220)	(646)
Encargos	(476)	(211)
Previdência privada	(23)	(9)
Despesas rescisórias	(4)	(2)
Outros Benefícios - Corrente	(233)	(126)
Administradores	(250)	(49)
Outros	(66)	(105)
	<b>(2.272)</b>	<b>(1.148)</b>

## 19 Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receita financeira</b>	<b>3.588</b>	<b>19.388</b>
Receita de aplicações financeiras (i)	2.485	19.384
Atualização monetária (ii)	513	-
Outras receitas financeiras (iii)	590	4
<b>Despesa financeira</b>	<b>(5.508)</b>	<b>(697)</b>
IOF, comissões e taxas (iv)	(5.371)	(278)
Outras despesas financeiras	(137)	(419)
	<b>(1.920)</b>	<b>18.691</b>

- (i) Variação refere-se substancialmente à diminuição das aplicações em CDB/CDI ao longo do ano de 2023.
- (ii) Variação refere-se à atualização dos depósitos judiciais em 2023 referente aos processos de servidão.
- (iii) Variação refere-se ao desconto obtido no contrato com o fornecedor Shemar Latam em 2023.
- (iv) Variação refere-se à celebração do contrato de mútuo entre STE e SGBH em fevereiro de 2023, e conseqüentemente, do aumento da incidência de IOF nos desembolsos, em especial, sobre a incidência deste na extensão do contrato entre as partes de novembro de 2023 para março de 2024.

## 20 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (Lucro presumido)

<b>Apuração IRPJ</b>		31/12/2023	31/12/2022
<b>Receitas brutas (i)</b>		<b>480</b>	-
Base de cálculo (8%)		38	-
Outras receitas (ii)		3.595	18.624
<b>Base de cálculo</b>		<b>3.633</b>	<b>18.624</b>
IR devido		(886)	(4.632)
<b>Total de IRPJ</b>		<b>(886)</b>	<b>(4.632)</b>
<b>Apuração CSLL</b>		31/12/2023	31/12/2022
<b>Receitas brutas (i)</b>		<b>480</b>	-
Base de cálculo (12%)		58	-
Outras receitas (ii)		3.595	18.624
<b>Base de cálculo</b>		<b>3.653</b>	<b>18.624</b>
CSLL devido		(329)	(1.676)
<b>Total de CSLL</b>		<b>(329)</b>	<b>(1.676)</b>

<b>Total de IRPJ/CSLL</b>	<b><u>(1.215)</u></b>	<b><u>(6.308)</u></b>
---------------------------	-----------------------	-----------------------

- (i) A Companhia tributa as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC) e a natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, sendo este serviço remunerado por meio da RAP.
- (ii) Variação refere-se substancialmente à diminuição das aplicações em CDB/CDI ao longo do ano de 2023.

## 21 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2023 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

### 21.1 Ativo

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	<u>1</u>	<u>8</u>
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	1	8

### 21.2 Passivo

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Fornecedores - partes relacionadas</b>	<b><u>1.022</u></b>	<b><u>1.047</u></b>
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	1.016	1.047
Aluguel (ii)	6	-
<b>Empréstimos - partes relacionadas</b>	<b><u>270.393</u></b>	<b><u>-</u></b>
Mútuo SGBH (iii)	270.393	-

### 21.3 Resultado

<b>Despesas</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Resultado - partes relacionadas	<u>2.942</u>	<u>1.472</u>
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	2.731	1.351
Aluguel (ii)	211	121

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas

proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em Abril de 2022, através do despacho N° 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Apenas em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação entre os exercícios de 2023 e 2022.

- (ii) Saldo refere-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio. Variação deve-se ao início do contrato apenas em julho de 2022.
- (iii) Saldo a pagar referente ao contrato de mútuo (principal + juros) entre STE e SGBH celebrado em fevereiro de 2023.

## 21.4 Remuneração da Administração

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do exercício foram obtidas de acordo com o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, e estão apresentadas como segue:

<b>Valores reconhecidos no resultado</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário (CLT + Pro labore)	109	21
Benefícios Diretos e Indiretos	19	4
Encargos (INSS, FGTS)	53	11
Provisões (13, férias e bônus)	69	13
<b>Valor total da remuneração</b>	<b>250</b>	<b>49</b>

- (\*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

## 22 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 22.1 não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

## 22.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<b>Ativos mensurados pelo valor justo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Caixa e equivalentes de caixa	8	44.958	51.969
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Concessionárias e permissionárias	9	480	-
Contas a receber - partes relacionadas	20	1	8
<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Fornecedores terceiros	12	10.203	26.829
Fornecedores - partes relacionadas	20	1.022	1.047
Empréstimos - partes relacionadas	14	270.393	-

## 22.2 Instrumentos financeiros que são exigidas divulgações do valor justo

Para o cálculo do valor de mercado das debêntures, projetaram-se os pagamentos provenientes desta ao longo de um fluxo de caixa considerando as seguintes premissas: (a) índice e taxa indicativa ANBIMA provenientes de debêntures semelhantes (setor, indexador, duration) para os casos onde a debênture analisada não constar na base ANBIMA e (b) curva de amortização do agente fiduciário. O valor deste fluxo a valor presente é a abordagem de mensuração do valor justo.

Conforme tal metodologia, o valor justo das debêntures para a Companhia pode ser observado conforme o quadro abaixo:

- **Saldo contábil:** R\$ 304.036
- **Cálculo valor justo:** R\$ 305.879

A Companhia considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, aproximam-se dos seus valores justos.

## 23 Gestão de Risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente

aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

**a. Riscos de mercado**

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

**b. Riscos de taxa de juros**

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

*Efeito em Reais mil*

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativos Financeiros</b>		
Caixa e equivalente	44.958	51.969
Concessionária e Permissionárias	480	-
Contas a receber - partes relacionadas	1	8
<b>Passivos Financeiros</b>		
Empréstimos – partes relacionadas	270.393	-
Financiamentos – terceiros	304.036	264.999

## 24 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros, visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

## 25 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábil regulatória, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidade Civil	Risco Civil	20.000	20.000
Seguro Garantia	Risco operacional	21.222	21.222
<b>Total Seguros</b>		<b>41.222</b>	<b>41.222</b>

## 26 Compromissos assumidos

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 17.095 (dezesete milhões e noventa e quatro mil e seiscentos e dois reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
STE-PM-2021-4187	Prysmian	OPGW Cabos e Projeto	19/11/2021	211
STE020225952	Fibra Telecom	OPGW Change	31/03/2022	81
STE-PM-2021-4107	Marte	Projeto básico e executivo	17/06/2021	495
STE-PM-2021-4160	Marte	Projeto de estrutura	15/10/2021	156
STE-PM-2022-6222	SAE TOWERS	ferragens de cadeias e acessórios para cabos condutores e pára-raios	20/05/2022	360
STE-PM-2022-6309	PRYSMIAN	cabos de para-raios e cabos de OPGW	20/05/2022	674
TFD_2023_0036	Topografia BSB	Serviços de Topografia	01/11/2023	53
STE-PM-2021-4126	CET	EPC - Subestação	14/07/2021	7.396
STE-PM-2021-4144	TRACTEBEL	Projeto Executivo	28/09/2022	79
STE-PM-2022-7859	BRAFER	Estruturas de aço	28/11/2022	129
STE-PM-2022-7766	JWZN/EPEI	Reator seco	21/12/2022	1.000
STE-PM-2022-8485	Lotus	Telecom and CFTV	13/01/2023	29
STE-PM-2023-8596	GRID SOLUTIONS	Disjuntores	10/02/2023	338
TFD_SS_2023_0010	Metta	Eletrocentro	25/05/2023	69
TFD_SS_2023_0011	Maxxweld	Conectores	27/06/2023	232
TFD_SS_2023_0017	PROELT Cubiculos	Cubiculos	23/06/2023	50
TFD_SS_2023_0018	PROELT Paineis	Paineis CA e CC	23/06/2023	113
TFD_SS_2023_0013	Tamura 0013	Trafo baixa tensão	23/06/2023	7
TFD_SS_2023_0014	Tamura 0014	Trafo media tensão	23/06/2023	267

TFD_SS_2023_0015	Himoinsa	GMG	23/06/2023	265
TFD_SS_2023_0016	Alpha	Baterias e Retificadores	23/06/2023	73
TFD_SS_2023_0019	Condu spar	Fornecimento de cabos de controle	23/06/2023	488
TFD_SS_2023_0025	LUZION	Comissionamento	18/09/2023	7
TFD_SS_2023_0028	ELLAN	SPCS	28/11/2023	27
STE-PM-2023-8983	SMART Direto	SPCS	23/03/2023	207
PO-002419	RV Projtos	Projeto de combate a incendio	06/07/2023	7
STE-PM-2021-4418	E-guana	SIGET	09/12/2021	24
STE-AD-2022-7893	CET	Contrato EPC _ projeto de reforço	06/10/2022	1.306
STE-PM-2022-8137	JWZN/EPEI	Reator a Seco	21/12/2022	795
STE-PM-2022-8473	Smart	SPCS	28/02/2023	1.845
STE-PM-2022-7845	Tractebel	Projeto básico e Executivo	18/01/2023	60
TFD_SS_2023_0008	Condex	Cabos	15/03/2023	170
TFD_SS_2023_0007	Texpi	Isolador	13/05/2023	82
				<b>17.095</b>

**Cronograma de vencimento**

	<b>Em R\$</b>
2024	17.095
2025	-
2026 em diante	-
	<b>17.095</b>

## 27 Provisão para contingências

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que há duas ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como “possível”.

Os valores em questão são oriundos de dois procedimentos administrativos ambientais em curso: (i) procedimento 140261/2022 referente a uma multa de R\$ 16 (dezesseis mil reais) aplicada pela Secretaria do Meio Ambiente de Silvânia/GO; (ii) processo administrativo 202300017003012, auto de infração iniciado pela Secretária do Meio Ambiente do Estado de Goiás (SEMAD/GO) no valor de R\$ 409 (quatrocentos e nove mil reais). Ambos os casos tem como fato gerador uma suposta irregularidade no sistema de drenagem da Subestação construída em Silvânia/GO.

## 28 Eventos subsequentes

Em 28 de fevereiro de 2024 foi deliberado em Ata de Reunião do Conselho de Administração da Silvânia Transmissora de Energia S.A. (STE), a contratação de um empréstimo junto ao China Development Bank (CDB) no montante de RMB 380.000 (trezentos e oitenta milhões de renminbi), com garantia corporativa concedida pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH) e, concomitante à referida emissão, a contratação de um derivativo financeiro (SWAP) com um banco local brasileiro sob uma taxa final de até CDI + 0% pelo prazo de 1 (um) ano. Em conjunto, a reunião autorizou também a companhia a prorrogar o prazo do Mútuo firmado com a SGBH em

23 de janeiro de 2023 no valor de até R\$ 260.000 (duzentos e sessenta milhões de reais) até 29 de maio de 2024, no montante de saldo residual estabelecido entre as partes.

Em 29 de fevereiro de 2024 foi realizada a unitização parcial de STE referente às seguintes instalações que entraram em operação: (i) em 17 de dezembro de 2023: SE SILVÂNIA 500 KV; Seccionamento da LT 500KV SAMAMBAIA – ITUMBIARA dando origem a duas novas Linhas de Transmissão LT 500 kV SAMAMBAIA – SILVÂNIA C1 e LT SILVÂNIA – ITUMBIARA C2; Banco de Reatores de Barra 500 kV 3 x 50 MVar. (ii) ainda em 17 de dezembro de 2023 referente ao reforço (REA 10989/21): segundo Banco de Reatores de Barra 3 x 50 MVar. (iii) em 22 de dezembro de 2023: Nova linha de transmissão LT 500 kV SILVÂNIA – TRINDADE.

Em 15 de março de 2024 foi celebrado o Contrato de Empréstimo entre Silvânia Transmissora de Energia S.A. e o China Development Bank, com desembolso de sua primeira parcela e conversão de moeda estrangeira para local em 25 de março do mesmo ano, com valor base final de R\$ 151.382 (cento e cinquenta e um milhões, trezentos e oitenta e dois mil reais).

A partir da data de emissão, incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalente a Taxa DI acrescido da sobretaxa ou spread equivalente a - 0,71% a.a. (setenta e um centésimos por cento ao ano negativos).

Em 27 de março de 2024 foi deliberado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da STE no valor de R\$ 23.701 (vinte e três milhões e setecentos e um mil reais) mediante subscrição e integralização de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Subsequentemente, mediante reconhecimento da liquidação do valor de R\$ 151.000 (cento e cinquenta e um milhões de reais) e outorgada a quitação de R\$ 23.701 (vinte e três milhões e setecentos e um mil reais) acima referenciado, foi celebrado na mesma data o Segundo Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Mútuo Financeiro entre Silvânia Transmissora de Energia S.A. e State Grid Brazil Holding S.A. em seu valor remanescente, permanecendo vigente até 29 de maio de 2024, mantendo-se os demais termos e condições contratados.

Xi Zongyue  
Diretor Presidente

Ricardo Félix  
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa  
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2